

O debate atual*

MARCIO POCHMANN

Antes de mais nada, gostaria de dizer que minha exposição é fruto da minha reflexão pessoal e não expressa a opinião do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (Ipea), que vem se debruçando sobre o tema do desenvolvimento desde sua fundação, em 1964.

Minha explanação se divide em duas partes. A primeira, mais breve, será uma reflexão acerca do Brasil nos dias atuais. A segunda, maior que a primeira, destina-se ao exame dos desafios que um país como o nosso tem de enfrentar do ponto de vista do desenvolvimento. São três grandes desafios, que, na verdade, constituem desafios da própria humanidade neste século XXI.

Nós temos condição de fazer uma afirmação: o Brasil não aceita mais ser liderado. O país quer liderar a construção compartilhada de outro padrão civilizatório. Isso não é algo simples num país com as nossas especificidades, que não está no centro do desenvolvimento da economia mundial. Somos considerados ainda um país subdesenvolvido, que não carrega na bagagem as mesmas conquistas que outros obtiveram.

Essas conquistas não ocorreram aqui sobretudo pelo fato de não termos ainda assegurado plenamente três condições. Não dispomos, por exemplo, de uma moeda de curso internacional, como têm os países desenvolvidos, uma moeda que exerça um papel de unidade de troca. A moeda é um papel pintado que possui alta credibilidade ou não tem credibilidade. Em passado recente, não acreditávamos na nossa própria unidade monetária. Utilizávamos outras fontes de definição, como, por exemplo, o antigo Bônus do Tesouro Nacional (BTN), as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) ou as Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) etc. Isso porque estávamos contaminados pelo vírus da alta inflação.

Hoje, há no Brasil uma moeda que começa a assumir dimensão mundial. Mas, se quisermos ser um país desenvolvido, precisaremos ter uma moeda de curso internacional — e já há projetos nessa direção. É exatamente esse o papel do sistema bancário brasileiro, sobretudo dos bancos públicos. Para que um país lidere um projeto de desenvolvimento, é necessário que tenha uma moeda de curso internacional, o que vem sendo promovido do ponto de vista sul-americano.

O segundo aspecto importante para o estabelecimento de um país desenvolvido é ter um sistema de renovação tecnológica, a capacidade de produção e difusão de tecnologia. Esse

* Palestra realizada em 17 de setembro de 2010.

é um elemento central na competição entre as nações. Estamos avançando nesse sentido também, mas ainda há um caminho pela frente. Temos um sistema de produção de conhecimento oriundo do campo universitário, mas não há grande conexão dessa produção de conhecimento com as atividades do setor produtivo brasileiro.

Por exemplo, o país tem atualmente cerca de 80 mil doutores. Em termos absolutos, esse é um número significativo, mas, em relação à população brasileira, trata-se de um percentual baixíssimo. A cada ano, já formamos 11 mil doutores, número bastante importante, mas parte significativa desses doutores formados não se vincula à pesquisa do setor produtivo brasileiro, continua a vincular-se às universidades. Nos Estados Unidos, de cada dez doutores formados, nove estão vinculados às atividades produtivas. Nossa relação, portanto, é inversa à norte-americana.

O Brasil consegue ter uma participação relativa adequada à sua população em termos de produção, estudos indexados e científicos. Porém, quando se trata de patentes — que definiriam basicamente o peso da tecnologia na transformação do setor produtivo —, essa participação é muito baixa. Aí está, portanto, uma questão fundamental: reconhecer o papel da ciência, da tecnologia e da sua difusão no país como um todo.

O terceiro aspecto é que, para se transformar em nação desenvolvida, o Brasil precisa dispor de um sistema de defesa robusto. O país tem suas Forças Armadas, mas estamos longe de atender aos requisitos necessários à defesa, não apenas sob a ótica do armamento, mas sobretudo do setor produtivo e da tecnologia necessária a toda essa parafernália vinculada à defesa territorial.

Somos o terceiro país em quantidade de fronteiras vinculadas a outros países. Possuímos uma enorme fronteira seca e também uma enorme fronteira marítima, sem que haja um sistema de defesa adequado. Portanto, tendo em vista especialmente a quantidade de riquezas naturais ainda não muito bem identificadas, em particular na Região Norte, e se reconhecermos ainda outros geradores de riqueza, incluindo a exploração do petróleo e a camada do pré-sal, devemos convir que, se quisermos alcançar a autonomia de fato, precisamos avançar no sistema como um todo.

Então, são esses os três requisitos que nos diferenciam de outros países e nos mantêm distantes dos países do centro do mundo. O Brasil tem condições concretas para exercer uma confortável liderança, situação semelhante à verificada no final do século XIX. É extremamente positivo assistir à realização de inúmeras conferências nacionais, estaduais e municipais promovidas por diferentes setores formuladores de políticas públicas. Dificilmente um país com as dimensões do Brasil consegue reunir diferentes segmentos da sociedade com o objetivo de refletir sobre suas políticas, monitorá-las, analisá-las e transformá-las. Estamos vivendo a experiência da constituição de participação e de tomadas de decisão democráticas.

O Brasil, lamentavelmente, não teve convergência política progressista para sua industrialização tão logo se transformou em República. Perdemos o trem da história, o trem da industrialização, onde só embarcamos três décadas depois, com a formação de uma grande frente liderada por Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1980, o país cresceu acima da média mundial, fomos o que a China é hoje. Por infelicidade, a partir de 1964, o ciclo político desenvolvimentista passou a ser permeado pelo autoritarismo, impedindo a promoção das

reformas agrária, tributária e social, tão necessárias para nos transformar em um país desenvolvido.

Ao não promover a reforma agrária, o Brasil estimulou o êxodo rural, trazendo para as cidades parte significativa da pobreza rural. Com milhões de brasileiros deixaram o campo e incharam as cidades de hoje, o que condenou esses brasileiros a uma vida de grandes sacrifícios. Não tivemos como atendê-los satisfatoriamente quanto ao sistema educacional, de saúde e habitacional, incluindo aí o saneamento. A reforma agrária é um princípio básico do capitalismo que democratiza a cidade.

Ao não fazer avançar a reforma tributária, um dos ditames fundamentais para o desenvolvimento, penalizaram-se os pobres, os que mais pagam impostos no país. Aqueles que dirigem mais críticas ao sistema tributário hoje são os que menos desembolsam. Não temos um sistema tributário adequado aos ricos, que se valem de brechas identificadas por especialistas em contencioso fiscal e acabam pagando muito menos. Portanto, o fato de não termos feito a necessária reforma fiscal fez com que a arrecadação geradora do fundo público recaísse justamente sobre os pobres, os que menos têm acesso às políticas públicas financiadas por tributos.

A terceira reforma não promovida, a social, caso fosse realizada, permitiria a criação de um Estado de bem-estar social, como nos países desenvolvidos, um Estado republicano, que universalizasse a educação, a saúde e o sistema de transportes.

O fato de não havermos promovido essas três reformas fez com que o Brasil, embora dotado de pujança material, se transformasse, de 56ª economia, na década de 1930, na oitava economia do mundo, em 1980, mesmo com a pujança material não convertida em elevação do bem-estar para todos.

Na verdade, o Brasil se transforma mantendo os sinais do passado. Essa situação, infelizmente, ainda sofreu uma regressão na década de 1980 e sobretudo na década de 1990, pelas opções que o país fez nesse período — opções equivocadas, que levaram ao retrocesso econômico e social. O Brasil, que era a oitava economia do mundo em 1980, em 2000 foi rebaixado à 14ª posição.

Em 1980, contávamos com cerca de um milhão de desempregados, éramos a 13ª economia em volume de desempregados, embora tivéssemos a quinta posição em termos de população. Em 2000, passamos a ocupar terceira colocação no ranking de desempregados, só perdendo para a Índia e a China. O resultado disso foi que aprofundamos barbaramente as desigualdades, e a renda dos trabalhadores, que representava 50% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1980, caiu para menos de 39%, promovendo uma regressão social.

É importante destacar que tínhamos, na primeira parte da década de 1980, um sistema de informação — informática e telecomunicações — dos mais avançados entre os países assemelhados, e depois nos tornamos um país deficitário, com problemas na balança comercial graças à importação de softwares. O Brasil tinha um sistema de telecomunicações equivalente ao sistema indiano, por exemplo, integrado, semelhante ao de países grandes e com proporções continentais.

Infelizmente, nas duas décadas seguintes — em particular na virada do século XX para o século XXI —, tudo ficou muito difícil para o povo brasileiro. Depois dos sacrifícios humanos

desnecessários, os governantes do país entenderam que o Estado brasileiro, em vez de ser parte da solução, era o principal problema. Em função desse diagnóstico, teve início o processo de privatização do setor produtivo, do setor estatal brasileiro. Transferimos 15% do PIB para algumas poucas famílias, para poucos grupos privados. O processo de privatização foi malfeito, foi de graça, não se exigiu contrapartida alguma dos compradores. Não apenas doamos praticamente 15% do PIB brasileiro, vinculados ao setor produtivo, para o setor privado, sobretudo internacional, como também destruimos mais de 500 mil postos de trabalho.

Parte da classe média que estava associada ao setor estatal brasileiro pelos empregos gerados no sistema de telecomunicações e no setor elétrico, entre outros, foi dizimada pela forma como se fez a privatização. Somente no período recente, quando se altera o diagnóstico e se constitui outra convergência política, o Brasil passa a plantar uma parcela das sementes. Hoje já temos a possibilidade de colher os resultados.

A opção feita no período recente — de identificar que o Estado não é o principal problema, mas parte da solução — nos permitiu construir um caminho diferente, que pode ser visto como um novo projeto de desenvolvimento nacional. Estamos no limiar desse projeto, e sua principal base foi a retomada do papel do Estado, que havia sido destruído pela perspectiva de que só o setor privado podia ser a locomotiva do país. Esse setor é importante em qualquer economia capitalista, mas ele, por si só, não é suficiente. Essa foi a principal resposta dada pelo Brasil à crise internacional de 2008, e que de certa maneira nos colocou em outra condição, de poder vir a liderar o desenvolvimento.

Estamos numa situação que não se observava desde a depressão da década de 1930, desde a debacle de 1929. Em todas as crises registradas no período anterior, a saída era liderada pelos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão e países da Europa. A partir de 2008, pela primeira vez depois da década de 1930, a recuperação econômica mundial vem sendo feita pelo Brasil, pela Índia e pela China. Esses três países emergentes lideram hoje o crescimento da economia do mundo. Dois terços do crescimento mundial vão depender do que está ocorrendo nesses três países. Isso é algo inédito, comparável somente à grande depressão que ocorreu de 1873 a 1896.

A depressão de 1873-1896 foi acompanhada de mudanças, de uma revolução tecnológica importante. Foi um período em que se descobriu, por exemplo, a energia elétrica e o motor a combustão — imprescindíveis para a fabricação do automóvel, dos eletrodomésticos e da telefonia. Esse ciclo de expansão que se deu no final do século XIX foi um período que marcou o início da decadência da Inglaterra, principal centro do mundo até então. Por infortúnio ocorreram as duas grandes guerras, que serviram para determinar e definir quem ocuparia esse papel: os Estados Unidos. A depressão de 1883-1896 foi um período importante por desbancar a Europa como centro do mundo.

Algo parecido está se verificando hoje: um novo deslocamento do centro dinâmico. Há sinais crescentes da decadência dos Estados Unidos — decadência relativa, claro. Estamos vivendo num mundo cada vez mais multipolar, sem a hegemonia dos Estados Unidos, nem da Europa. Cada vez mais a Ásia, a China e o continente sul-americano assumem o papel de protagonistas.

O Brasil, até o início da década de 2000, aceitava ser um país liderado e não queria liderar. Sua política externa era concentrada na produção e exportação para os países mais ricos do mundo, como era também a opção do México até pouco tempo atrás. Veio a crise de 2008, e o México, com mais de mais de 80% de sua produção atrelada ao mercado dos Estados Unidos, não teve alternativa a não ser aceitar e internalizar a crise internacional.

O Brasil, em período recente, procurou ampliar seus parceiros, diversificando sua pauta de exportações e avançando no âmbito das relações Sul-Sul. Quase 60% da nossa pauta de exportações eram vinculados aos países ricos. Hoje, essa dependência é inferior a 50%. Encontramos novos mercados durante a crise e valorizamos nossas relações com países ainda criticados pelo pensamento liberal-conservador. É fundamental reconhecer, entretanto, que a opção de política externa que fazemos hoje nos dá essa condição de liderança no mundo.

Outro aspecto fundamental a analisar diz respeito às decisões tomadas antes da crise, mas que balizaram uma condição especial do Brasil: a opção pelo planejamento, em especial dos investimentos, seja pela política de desenvolvimento produtivo, liderada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que tem como primazia o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seja pela implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que defende a descentralização dos investimentos produtivos, além da organização dos investimentos e dos blocos de investimentos. Esse conjunto está mudando a cara do Brasil.

O papel dos bancos públicos — o da Caixa Econômica em especial, como principal agente —, ao identificar e enfrentar nossas mazelas, nossa exclusão, leva à constituição da base desse outro projeto de desenvolvimento. É importante que se diga que, até bem pouco tempo atrás, o pobre tinha acesso restrito ao sistema bancário brasileiro. A Caixa teve a coragem e a sabedoria de acolher esse segmento, não apenas por uma questão de inclusão, mas pelo importante retorno hoje verificado. Como resultado dos vários programas que a Caixa desenvolve e também pelos de transferência de renda, estamos construindo uma nova economia, que tem no social a base de sustentabilidade do crescimento.

Antes da Constituição de 1988, as famílias brasileiras, em média, tinham 10% do seu orçamento composto de recursos oriundos de transferências governamentais. Nos dias atuais, esse percentual está na casa dos 20%. E não são somente as famílias dos estados pobres, que dependem de tais verbas. Mais de 50% das transferências são para famílias dos estados brasileiros mais ricos, localizados no Sul e no Sudeste. O Brasil distribui para poder crescer, e crescendo distribui mais. Não se trata de assistencialismo, é direito e ocorre em qualquer outro país. Alguns dizem que o Bolsa Família é o maior programa social do mundo, o que é um erro. O maior programa social do mundo é promovido pelos Estados Unidos, o Food Stamps, de garantias de alimentos, recebido por mais de 40 milhões de norte-americanos.

O Brasil passa por um momento espetacular. Estão se tomando decisões acertadas para permitir que, até 2016, sejam erradicados a pobreza extrema e o analfabetismo, como fizeram os países desenvolvidos. Em algumas décadas estaremos num patamar muito diferente do atual.

Temos de vencer ainda três grandes desafios: o primeiro consiste em entendermos as transformações brutais que estão ocorrendo no âmbito da economia mundial. Estamos

vivendo um processo avassalador de concentração do capital, com o mundo governado por não mais de 500 grandes grupos transnacionais. Se olharmos para os setores farmacêutico, de imprensa e de siderurgia, observamos que só há quatro ou cinco grandes corporações dominando tais áreas. Essas 500 maiores corporações respondem por 47% do PIB mundial. Estamos entrando numa fase em que os países não governam as suas empresas, mas são governados por elas.

Quando somamos o faturamento das três maiores corporações do mundo, chegamos ao mesmo montante do PIB brasileiro, que é o oitavo do mundo. Temos hoje uma grande corporação chamada Petrobras, cujo faturamento é maior que o PIB da Argentina. A China quer ter o controle sobre 150 dessas 500 maiores corporações, e os chineses estão trabalhando nesse sentido. O Brasil só recentemente se deu conta disso, e, fazendo uma política correta, vem definindo quais serão as grandes corporações brasileiras, ciente de que quem não tiver grandes corporações não conquistará algum grau de autonomia.

Tem-se criticado a opção que o Brasil vem fazendo, de alavancar recursos públicos para a formação de grandes corporações. Mas sem grandes grupos econômicos não teremos condições de disputar a produção e a difusão da tecnologia. Não teremos grau de autonomia e seremos, na verdade, um país incapaz de utilizar seu potencial. Então, deve-se considerar inclusive o fato de termos grandes bancos, até porque, observando o setor bancário, vemos grandes instituições financeiras; porém, dentro do cenário mundial, percebemos que não são tão grandes assim.

O espaço nacional, entretanto, deve ser resguardado. Quando surgem essas grandes corporações com poder econômico e político tão elevado, o comum é haver desequilíbrio de poderes. Uma cidade de cinco mil habitantes, por exemplo, alojando uma siderurgia que contrata três mil trabalhadores, que gera riquezas e tributos importantes para a cidade, passará por um dilema: quem manda no município, o prefeito democraticamente eleito ou o presidente dessa grande empresa?

Quando essas corporações passam a ocupar um espaço tão grande que, de certa maneira, a democracia se restringe, é necessário recuperar o espaço público, pensar em desenvolvimento supranacional e na integração latino-americana. Esse é o elemento-chave dessa reconfiguração do desenvolvimento diante das transformações muito rápidas que ocorrem na estrutura da economia do mundo e na mudança da geopolítica.

É um desafio, do nosso ponto de vista, pensar no desenvolvimento a longo prazo. À medida que o poder econômico se concentra e se converte num espaço tão forte de poder, e, mais que isso, à medida que as corporações se tornam tão grandes, elas não podem quebrar. Alguém acreditaria, dez anos atrás, que uma grande empresa como a General Motors ficaria de joelhos, dependendo de recursos públicos norte-americanos para sobreviver? As atuais empresas têm formatos tão gigantescos que, quando quebram, levam consigo o sistema econômico mundial. Se o processo não tivesse sido interrompido, estaríamos numa depressão profunda. Por isso, foi necessário alocar recursos públicos. Até bem pouco tempo atrás, nos Estados Unidos e na Europa, dizia-se o seguinte: "Não se pode gastar mais do que se arrecada". No entanto, sabemos do problema do sistema de saúde nos Estados Unidos, por exemplo, onde mais de 40 milhões de pessoas ficam fora da cobertura.

Veio a crise de 2008, e ficou claro que as corporações não podem quebrar. Não faltou dinheiro público, mas o governo dos Estados Unidos não injetou recursos para a reconstrução das empresas, e sim para pagar as dívidas que elas criaram. O Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, não liberou verbas públicas para pagar dívidas. Tudo foi direcionado para investimentos — em obras, por exemplo, e em transferência de recursos para as pessoas manterem o nível de consumo.

O segundo elemento desafiador dos dias atuais está diretamente relacionado à questão demográfica. Estamos vivendo uma mudança demográfica dramática. O Brasil, daqui a duas décadas, será um país completamente diferente do atual. Possivelmente teremos um dos maiores programas de estímulos ao aumento de natalidade, porque as mulheres estão tendo cada vez menos filhos. A taxa de fecundidade no Brasil já é de 1,8 filhos em média. Em 1992, eram 2,8 filhos. Em 1980, eram quase quatro filhos em média.

Em 2030, o Brasil alcançará o auge de sua população: 207 milhões de brasileiros. Os demógrafos estimavam, há dez anos, que o Brasil chegaria a 2030 com 240 milhões de brasileiros. Depois de 2030 teremos uma fase inédita, com redução absoluta do número de brasileiros e o envelhecimento da população, sendo o volume de mortes superior ao de nascimentos. Se tais previsões se confirmarem, em 2040 teremos não mais os 207 milhões, e sim 205 milhões de habitantes. Isso muda muita coisa. Começaremos a viver com municípios e cidades fantasmas, e passaremos a ter uma situação de sobra de vagas em escolas, porque haverá uma redução na participação das crianças e de adolescentes no total da população.

Com a elevação da expectativa de vida no Brasil, em 2030 haverá mais de 20 milhões de pessoas com mais de 80 anos — hoje, há três milhões de pessoas nessa faixa etária. Não estamos preparados para lidar com essa mudança demográfica. Nossos sistemas de transportes e de saúde não estão preparados para isso. Temos tempo de mudar esse cenário, mas para tanto é preciso convergência política e planejamento. Essa informação por si só não muda a realidade, o que vai alterá-la é a política pública, é a convergência a respeito da necessidade de transformar.

A questão demográfica é um tema muito importante, pois poderemos entrar numa situação de falta de mão de obra, e as indagações não param: utilizaremos nossos irmãos latino-americanos? Como se fará a política migratória? Como serão os direitos trabalhistas para brasileiros e não brasileiros? Estaremos submetidos a uma situação semelhante à verificada na Europa, sobretudo na França? Essas são questões muito importantes, porque dizem respeito à nossa capacidade de integração e de coesão social.

Como financiar, nesse cenário, a inatividade dos aposentados e pensionistas? Antes da Constituição de 1988, o gasto social no Brasil — educação e saúde — representava 3,5% do PIB do país. Hoje, representa 23% do PIB. Desses 23%, 11,5% vão para o sistema de aposentadoria e pensão. Como isso será equacionado nos próximos dez ou vinte anos?

O último item que me parece importante e desafiador para o nosso desenvolvimento é a transição das novas fontes de riqueza, e isso está diretamente associado à mudança do trabalho material para o trabalho imaterial. O trabalho material é aquele vinculado à agricultura, à pecuária, à indústria, à construção civil, resultado de esforço físico e mental,

gerando algo concreto, palpável, mensurável, tangível. Na agricultura, o trabalho do homem gerava alface, milho, soja. Na indústria, gera um automóvel, uma vestimenta, um livro. Na construção civil, um prédio, uma ponte, uma estrada.

O trabalho imaterial não tem concretude. O esforço físico e mental não resulta em algo palpável. Esse trabalho que não gera um produto físico, vinculado ao setor de serviço, já responde por 70% dos postos de trabalho. Nos países avançados, o percentual atinge a casa dos 90%. É nessa nova configuração do mundo do trabalho que se apresentam as atuais formas de riqueza.

O trabalho no setor de serviços gera outra classe trabalhadora, muito diferente da classe tradicional, e ele pode ser e vem sendo cada vez mais realizado fora de um local específico. Com essa mudança, surgem alertas importantes para que os trabalhadores não tenham tratamentos diferenciados e deixem de ter acesso aos benefícios conquistados pelos que produzem produtos palpáveis. A definição de um local fixo foi fundamental para a configuração dos direitos sociais e trabalhistas, e também para definir as representações desse trabalho. Na agricultura, na construção civil, o trabalho é feito num lugar comum aos trabalhadores. Se uma pessoa trabalha em casa e sofre um acidente, isso pode ser considerado acidente de trabalho? A jornada, por exemplo, termina quando eu saio do local de trabalho? Os direitos trabalhistas foram constituídos nesse local, portanto, a unidade de local é importantíssima.

O trabalho imaterial vem sendo cada vez mais realizado fora das firmas, porque é cada vez mais vinculado à tecnologia da informação e comunicação. Com o telefone celular, a internet e o Ipod incorporando-se a esse trabalho, vivemos um processo de intensificação do trabalho no local e também levando o trabalho para casa. Cada vez mais estamos plugados ao trabalho, dormindo com o trabalho, sonhando com ele. Isso está mudando a sociabilidade, a constituição da sociabilidade, e tem implicações nas relações pessoais, nas relações familiares.

Diziam-nos há cerca de 20 ou 30 anos que as novas tecnologias da informação nos dariam tempo livre. Não se tem mais tempo para nada. Não temos mais tempo para conversar com a companheira, com o companheiro, para ouvir do filho o sonho que ele teve, o que ele quer ser quando crescer. Não se tem mais tempo para aquele convívio familiar, aquele almoço em família.

Os sindicatos não se deram conta dessa nova modalidade de trabalho, o imaterial, e continuam a dirigir suas instituições de olho no retrovisor, como os sindicatos de ofício faziam na virada do século XIX para o século XX, quando surgiu um novo tipo de sindicalismo. Os governos também não estão atentos a essa nova riqueza, não estão tributando essas novas fontes. Portanto, perdemos recursos que poderiam fortalecer o fundo público tão necessário para postergar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e ampliar o acesso ao ensino superior. Temos hoje 13% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. Esse percentual é mais que o dobro do que tínhamos há dez anos, significando um avanço fantástico, motivado pelo ProUni. Ao mesmo tempo, 13% ainda é pouco. Nos países desenvolvidos o índice chega a 60%, 70%.

É preciso repensar tudo o que foi feito até hoje, não para jogar fora os avanços tecnológicos e a nova forma de produção, mas para promover adequações. Precisaremos de

ensino contínuo ao longo da vida, não apenas para o trabalho, mas para a vida. Acabou a visão de que o ensino superior é apenas para a elite, que representa 3%, 4% da população. A educação se transforma em elemento-chave por dar base à produção e à difusão do conhecimento.

Conhecimento não é informação, não é somar informação. Ele é a capacidade de sistematizar as informações, de articulá-las, e isso é o que cada vez menos sabemos fazer, porque a base de nossa formação é a especialização. O ensino perdeu a unidade do conhecimento. Isso significa dizer que somos cada vez mais especialistas, perdemos a visão totalizante.

Não consigo acompanhar a quantidade de livros, teses, artigos da minha área, e sobre os de outras áreas não faço a menor ideia. Portanto, precisaremos fazer um esforço para ampliar a escolaridade e postergar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Não há razão alguma que justifique, tecnicamente, alguém começar a trabalhar sem ter concluído o ensino superior. Os filhos dos ricos no Brasil sabem disso. Eles não começam a trabalhar antes de completar o ensino superior, e por isso são eles que disputam as melhores vagas no setor público, que ocupam as melhores vagas no setor privado. Os filhos dos pobres têm de aceitar qualquer vaga e muito cedo, e é difícil combinar, nessa nova sociedade do conhecimento, estudo e trabalho.

Vamos imaginar os nossos heróis que estudam e trabalham. Eles têm atividades de, no mínimo, 16 horas por dia, jornadas equivalentes aos trabalhadores do século XIX: oito horas de trabalho diário, mais duas a quatro horas de deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para casa, mais quatro horas de frequência escolar. São 16 horas, sem contar banho, o tempo das refeições. Com uma jornada de 16 horas, quando esse jovem vai encontrar tempo para ler um livro? Isso está correto? A tributação sobre o trabalho imaterial pode contribuir para diminuir essa jornada hercúlea.

O Brasil vai chegar ao patamar dos países desenvolvidos. Para isso, a educação deve ser estimulada. Não há mais ditadura militar dizendo o que se pode ou não se pode fazer. Não há nem mais o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos obrigando a fazer gastos específicos (o Brasil, por sinal, agora é credor do FMI). O que nos dificulta a ação? É o medo de ousar, o medo de ser diferente. Por que não podemos ousar? Por que não podemos deixar de ser governados pelos que já morreram?

Eu não tenho dúvida de que oportunidades como essas ajudam a nos afastar do medo e a sermos mais ousados. É nesse sentido que a Universidade da Caixa está de parabéns, por ser desafiadora, por estimular a participação dos seus empregados no processo de transformação do nosso país.

